

Brazilian Journal of Development

O projeto de extensão falando em família como instrumento de prática consensual na solução de conflitos jurídico-familiares na Comarca de Ponta Grossa

The extension project talking in family as an instrument of consensus practice in solving legal-family conflicts in the Ponta Grossa Trade

DOI:10.34117/bjdv5n12-093

Recebimento dos originais: 10/11/2019

Aceitação para publicação: 06/12/2019

Dirce do Nascimento Pereira

Doutoranda em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR. Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Professora Assistente no Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Professora Supervisora do Projeto de Extensão Falando em Família.

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Endereço: Rua Francisco Matheus da Silva, 222, Bairro Oficinas, CEP 84035-600, Ponta Grossa – Paraná.

E-mail: dircenpereira@hotmail.com

Marcia Maria da Luz Baggio

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Santa Amélia – UniSecal. Membro discente do Projeto de Extensão Falando em Família.

Instituição: Centro Universitário Santa Amélia – UniSecal.

Endereço: Rua Júlio de Castilho, 642, Centro, CEP 84010-220, Ponta Grossa – Paraná.

E-mail: marciamariabaggio@gmail.com

Patrícia Machado Pereira Giardini

Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Especialista em Direito Previdenciário pela Faculdade Arthur Thomas – Londrina – Paraná. Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Sorocaba – FADI. Professora no Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Santa Amélia – UniSecal. Professora Supervisora do Projeto de Extensão Falando em Família.

Instituição: Centro Universitário Santa Amélia - UniSecal

Endereço: Rua Daily Luiz Wambier, 2520, Bairro Órfãs, CEP 84015-010, Ponta Grossa – Paraná.

E-mail: pattympg@ig.com.br

Zilda Mara Consalter

Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – USP.
Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Coordenadora do Projeto de Extensão Falando em Família.

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Endereço: Avenida Anita Garibaldi, 1771, casa 28, Bairro Órfãs, CEP 84015-904, Ponta Grossa – Paraná

E-mail: zilda_advocacia@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo visa apresentar o Projeto de Extensão Falando em Família, resultado da parceria entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, o Centro Universitário Santa Amélia – UniSecal e o Tribunal de Justiça do Paraná, por intermédio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, da cidade de Ponta Grossa. O Projeto objetiva resguardar os interesses das crianças e adolescentes envolvidos em conflitos no âmbito familiar, conscientizando e instigando as partes para a busca da reconstrução do diálogo na solução das controvérsias. O Projeto é composto por acadêmicos e professores, atuando como referência de prática consensual e visando a busca da disseminação da cultura de soluções consensuais para pacificação dos conflitos familiares. Com os resultados alcançados a metodologia utilizada coloca-se como elemento incentivador, propiciando o acesso à informação jurídica, identificando as reais necessidades das partes, para a reconstrução do diálogo e o possível acordo na solução do conflito.

Palavras-chave: Informação Jurídica. Conflitos Familiares. Falando em Família.

ABSTRACT

The present study aims to present the Family Speaking Extension Project, the result of a partnership between the Ponta Grossa State University - UEPG, the Santa Amélia University Center - UniSecal and the Paraná Court of Justice, through the Judicial Center for Conflict Resolution. and Citizenship - CEJUSC, from the city of Ponta Grossa. The project aims to safeguard the interests of children and adolescents involved in family conflicts, raising awareness and encouraging the parties to seek the reconstruction of dialogue in the settlement of disputes. The Project is made up of academics and teachers, acting as a reference for consensual practice and aiming at the dissemination of a culture of consensual solutions to pacify family conflicts. With the results achieved, the methodology used is an encouraging element, providing access to legal information, identifying the real needs of the parties, for the reconstruction of the dialogue and the possible agreement in resolving the conflict.

Keywords: Legal Information. Family Conflicts. Speaking of family.

1 NOME DO PROGRAMA OU PROJETO

Projeto de Extensão “Falando em Família”

2 PÚBLICO-ALVO

O Projeto de Extensão Falando em Família possui como público-alvo jurisdicionados que são partes em processos em trâmite nas Varas de Família da Comarca de Ponta Grossa, desde que haja criança e/ou adolescente envolvidos. Os processos devem versar sobre guarda dos filhos, divórcio, fixação e revisão de pensão alimentícia, além da necessidade de que as partes residam na Comarca de Ponta Grossa.

3 MUNICÍPIOS ATINGIDOS

Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

4 LOCAL DE EXECUÇÃO

As oficinas e as atividades voltadas ao levantamento de dados estatísticos e contatos com os jurisdicionados ocorrem na sede do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Ponta Grossa – CEJUSC/PG situada na Avenida Visconde de Mauá, número 2344, bairro Oficinas. As atividades de capacitação e aperfeiçoamento dos integrantes do Projeto ocorrem na sede das Instituições de Ensino Superior envolvidas, Centro Universitário Santa Amélia - UniSecal, Unidade III, localizada na Rua Júlio de Castilho, número 642, esquina com a Rua Coronel Dulcídio e Universidade Estadual de Ponta Grossa, Campus Central, situada na Praça Santos Andrade, número 1.

5 JUSTIFICATIVA

O acesso à justiça é direito humano fundamental ao completo exercício da cidadania. Disposto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, assegura os direitos fundamentais conferidos à pessoa. Para tornar efetivo o direito fundamental de *acesso à justiça* é necessário que o Estado fomente a utilização de meios consensuais para a resolução de conflitos.

As novas perspectivas trazidas pela Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ inauguraram nova fase no judiciário brasileiro, conferindo maior relevância aos métodos consensuais de solução de conflitos. A mencionada Resolução prevê que os meios consensuais de resolução de conflitos passem a ser tratados como política pública, objetivando alcançar a pacificação social e reduzir a sobrecarga existente no Poder Judiciário. A Resolução enaltece o conceito de acesso à justiça, afirmando expressamente o dever do Judiciário em

oferecer os meios adequados para a resolução de conflitos. Determina, também, que se estabeleça em conjunto, o serviço de orientação e informação aos jurisdicionados.

A busca de maior eficácia aos direitos fundamentais do cidadão, mediante a adoção de práticas consensuais também tem previsão no Código de Processo Civil brasileiro (Lei nº 13.105/15), no art. 3º. e seus §§ 1º, 2º e 3º.

Neste contexto, entende-se que uma das perspectivas de atuação do Poder Judiciário é incentivar a informação, para que as pessoas conheçam seus direitos e o que podem pleitear. Dessa forma, o Projeto de Extensão Falando em Família surgiu da necessidade da busca da disseminação da cultura da prática consensual para solução de conflitos familiares além da sentença judicial, como uma opção voltada ao exercício pleno da cidadania.

6 OBJETIVOS

O Projeto tem como objetivo principal a disseminação da cultura de práticas consensuais para a resolução de conflitos, aos jurisdicionados em processos que tramitam nas Varas de Família da Comarca de Ponta Grossa e que contenham demandas com partes ou interessados vulneráveis.

Os objetivos específicos estão direcionados a propiciar às partes maior possibilidade de exercerem efetivamente o direito de acesso à justiça, o que pode ocorrer a partir do acesso à informação, ao conhecimento de seus direitos e deveres no que se refere ao âmbito do Direito das Famílias, bem como dos benefícios do consenso familiar.

A proteção das crianças e adolescentes envolvidos no conflito e o incentivo ao restabelecimento do diálogo e o reconhecimento da importância da manutenção dos laços paterno e materno-filiais também configuram como norteadores das ações desenvolvidas pelo projeto.

7 METODOLOGIA

No presente trabalho utilizou-se o método dedutivo, através da pesquisa documental direta e indireta. A pesquisa documental direta tem por objetivo a análise dos dados proveniente do levantamento estatístico realizado que foram transformados nos gráficos apresentados na seção “resultados”. Já a pesquisa documental indireta é realizada por meio da consulta à literatura jurídica e à legislação referente às matérias do Direito das Famílias, alvo do Projeto de Extensão “Falando em Família”.

No que tange à metodologia do desenvolvimento do projeto, consiste em convidar os jurisdicionados, que sejam parte em processos nas Varas de Família, para participarem das oficinas, as quais são realizadas semanalmente, todas as quintas-feiras junto ao CEJUSC de Ponta Grossa. Os jurisdicionados (réu e autor), que são partes de um mesmo processo, são convidados a participarem das oficinas em datas distintas.

O *modus operandi* consiste em convidar os participantes a sentarem-se em círculo, em seguida é realizada a apresentação dos professores e dos acadêmicos que convidam os jurisdicionados a participarem, salientando a liberdade de cada um, para relatar o seu conflito e abordar suas dúvidas, ressaltando a confidencialidade pessoal e dos temas abordados durante o encontro. Os participantes são informados pelos professores e acadêmicos quanto à importância da compreensão dos seus direitos e deveres, assim como da reconstrução do consenso familiar, visando atenuar mágoas e preservar os interesses das crianças e adolescentes envolvidos no conflito.

Os conflitos surgem muitas vezes com a problemática da falta de comunicação familiar e ao restabelecer um novo canal de comunicação e informação, possivelmente previne-se um futuro conflito. Esses conflitos familiares manifestam eventuais cargas emocionais das pessoas envolvidas, dessa forma, o Projeto também trabalha o restabelecimento da comunicação entre as partes, fornecendo o apoio psicológico durante as oficinas, buscando complementar a sua atuação, na medida do possível da solução dos conflitos.

Ao final de cada oficina é realizada a exibição de vídeos a todos os jurisdicionados presentes para a reflexão sobre as relações familiares, sendo oferecido aos participantes um questionário para exporem sua opinião sobre a oficina, bem como sobre o perfil socioeconômico.

Por intermédio da metodologia utilizada pelo Projeto, espera-se que as partes reflitam sobre seus conflitos de uma forma global, compreendendo o seu papel e quais são os seus interesses, que podem ser trabalhados para garantir a melhor solução conjunta tanto com vistas a solucionar a lide como também as questões adjacentes ao conflito (PEREIRA; CONSALTER, 2018).

8 RESULTADOS

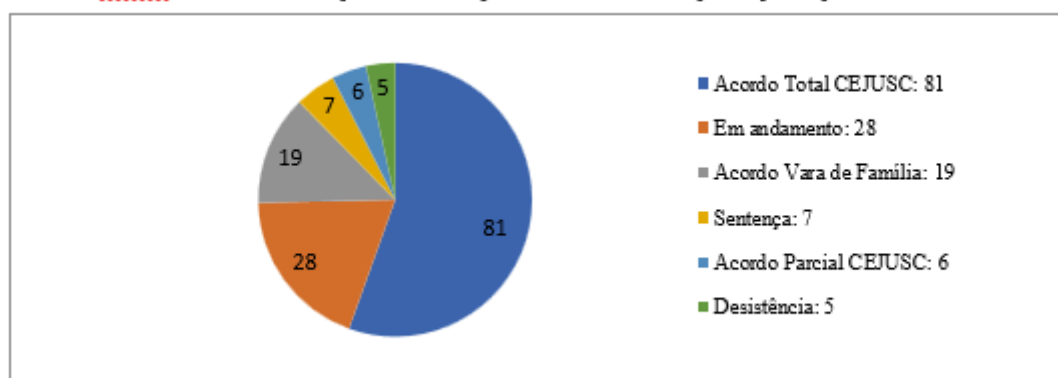
Em quatro anos de atividade do Projeto, é possível observar que os resultados têm sido positivos. Os dados ora apresentados se referem ao ano de 2016, período em que é possível

extrair informações sobre o andamento e finalização dos processos. Número razoável de processos correspondentes a anos mais recentes (2017 e 2018) ainda se encontram em andamento, motivo pelo qual não é possível apresentar o *status* final da maioria deles, neste momento.

No ano de 2016, 249 (duzentos e quarenta e nove) jurisdicionados (autores e réus) que figuram como partes em 146 (cento e quarenta e seis) processos provenientes das Varas de Família da Comarca de Ponta Grossa foram convidados a participar das oficinas. 157 (cento e cinquenta e sete) jurisdicionados compareceram, sendo 114 (cento e quatorze) autores e 43 (quarenta e três) réus. (SCHACTAE; GIARDINI, 2018).

Dos referidos processos, averiguou-se a realização de acordos em audiência de conciliação realizada no CEJUSC, em 81 (oitenta e um) processos selecionados e atendidos pelo Projeto, encerrando o conflito antes mesmo da manifestação de defesa pelo réu. Em 6 (seis) processos obteve-se acordo parcial na audiência de conciliação, seguindo o processo com relação as questões sobre as quais as partes não chegaram a um consenso. Em 19 (dezenove) processos o acordo não foi realizado na audiência de conciliação que ocorre no CEJUSC, mas, posteriormente as partes realizaram o acordo na Vara de Família, onde tramitava o processo. Do total de processos (146) houve ainda 5 (cinco) desistências, ou seja, a parte propôs a ação, e posteriormente não teve mais interesse no seu prosseguimento, sendo que em 7 (sete) processos foi proferida sentença e 28 (vinte e oito) ainda estavam em andamento quando da coleta dos dados (SCHACTAE; GIARDINI, 2018).

Grafico 01: Situação dos processos em que ao menos uma das partes participou da oficina



Constata-se que, dos 146 (cento e quarenta e seis) processos, 100 (cem) resultaram em acordos, encerrando o conflito, e em 6 (seis) o acordo se referiu a parte do processo. Dessa forma, observa-se que dos 146 (cento e quarenta e seis) processos, 73% resultaram em acordos formalizados, seja no CEJUSC ou na Vara de Família de origem, atingindo o objetivo da resolução consensual nas ações de família.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, pode-se afirmar que, o entendimento de todos os envolvidos possibilita melhor solução do conflito jurídico-familiar, considerando que se busca uma forma mais satisfatória de atendimento às necessidades e acolhimento das vulnerabilidades. Portanto, o Projeto viabiliza a informação e o acesso à justiça, proporcionando a reconstrução do diálogo, a fim de amenizar as consequências advindas de uma lide processual.

Assim, as oficinas realizadas no CEJUSC de Ponta Grossa, as quais antecedem a sessão de mediação, viabilizam a informação e, acrescida de apoio psicológico, contribuem de forma significativa para a compreensão dos direitos e deveres das partes, bem como para o restabelecimento da comunicação e, ainda para a preservação dos interesses dos vulneráveis envolvidos no conflito.

Desta forma, os resultados obtidos são positivos e demonstram a viabilidade da manutenção das atividades desenvolvidas pelo Projeto, sempre primando pelo efetivo exercício da cidadania, pela construção de um ambiente propício ao consenso, bem como pela preservação dos laços paterno e materno-filiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 jul. 2019.

CACHAPUZ, Rozane da Rocha. **Mediação nos conflitos & Direito de Família**. 1ª. Ed. Curitiba: Juruá, 2011.

CONSALTER, Zilda Mara; PEREIRA, Dirce do Nascimento. **O projeto de extensão falando em família como vetor de acesso a justiça e exercício pleno de cidadania**. Revista da Defensoria Pública da União, Brasília, DF, N.10, p 443-455, jan/dez 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Resolução 125 de 29 de novembro de 2010**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>. Acesso em: 03 jun. 2019.

PEREIRA, Dirce do Nascimento; CONSALTER, Zilda. Soluções consensuais de conflitos no âmbito do direito das famílias: uma análise em três atos. In: PEREIRA, Dirce do Nascimento; CONSALTER, Zilda (Coord.). **Práticas consensuais para a pacificação dos conflitos no âmbito familiar**. Curitiba: Juruá, 2018.

SCHACTAE, Fabiane Mazurok; GIARDINI, Patrícia Machado Pereira. **O projeto falando em família como instrumento de facilitação da autocomposição nas ações de família**. Disponível em: <http://sites.uepg.br/simposiocs/docs/gt5/023.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.